AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Mayara Abadia Delfino dos Anjos[1];
Jaluza Maria Lima Silva Borsatto[2]

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a qualidade dos cursos de graduação em Administração ofertados nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG). Adotou-se pesquisa documental, de natureza descritiva e qualitativa, com dados coletados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), utilizando os indicadores Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito de Curso (CC), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Os resultados evidenciaram diversidade na qualidade educacional entre as 28 instituições identificadas nos 13 municípios que ofertavam o curso, com destaque para a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que obteve os melhores índices, enquanto instituições como o Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) e o Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP) apresentaram desempenhos inferiores. Uberlândia e Uberaba concentraram o maior número de instituições, consolidando-se como os principais polos educacionais da região. Concluiu-se que a UFU, pioneira na oferta do curso desde 1969 (seguida pela Faculdade Mais de Ituiutaba, a FACMAIS, em 1970), manteve-se entre as melhores avaliadas, e que a expansão das instituições a partir dos anos 2000 ampliou o acesso, mas trouxe desafios para a manutenção da qualidade. O estudo contribui para a literatura sobre qualidade do ensino superior e evidencia a importância da regionalidade na gestão educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade da educação superior; Indicadores educacionais; Cursos de administração.

ABSTRACT: This study aimed to analyze the quality of undergraduate courses in Administration offered in the Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba regions (MG, Brazil). A descriptive and qualitative documentary research was adopted, with data collected from the National Registry of Higher Education Courses and Institutions (e-MEC), using the indicators Preliminary Course Concept (CPC), Course Concept (CC), National Student Performance Exam (Enade), and Difference Between Observed and Expected Performance Indicator (IDD). The results showed diversity in educational quality among the 28 institutions identified in the 13 municipalities offering the course, with the Federal University of Uberlândia (UFU) obtaining the best indices, while institutions such as Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) and Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP) presented lower performance. Uberlândia and Uberaba concentrated the largest number of institutions, consolidating themselves as the main educational hubs of the region. It was concluded that UFU, the pioneer in offering the course since 1969, followed by Faculdade Mais de Ituiutaba (FACMAIS) in 1970, remained among the best evaluated, and that the expansion of institutions from the 2000s onward broadened access but brought challenges for maintaining quality. The study contributes to the literature on higher education quality and highlights the importance of regionality in educational management.

[1]Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: mayaradelfino@hotmail.com
[2] Professora Doutora na Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: jaluza.silva@ufu.br

KEY-WORDS: Higher education quality; Educational indicators; Administration courses.

1 INTRODUÇÃO

A educação superior em Administração desempenha papel central no desenvolvimento econômico e social das regiões brasileiras, sobretudo diante da elevada taxa de mortalidade das organizações no país, o que reforça a relevância de gestores bem formados para a competitividade das empresas. No Estado de Minas Gerais, as regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba destacam-se por sua dinâmica econômica e pelo crescimento expressivo de instituições de ensino superior (SILVEIRA et al., 2014).

Estudos anteriores investigaram indicadores de qualidade da educação superior a partir de diferentes recortes, como a relação entre o Enade e a economia do conhecimento (ARANTES et al., 2022), a crítica aos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) (BERTOLIN, 2018), o uso do Índice Geral de Cursos (IGC) (BITTENCOURT et al., 2009) e a aplicação desses indicadores a cursos específicos, como Engenharia Civil (GUDOLLE; FRANCO, 2019) e Administração (ESCOBAR et al., 2010). Observa-se, contudo, uma lacuna de estudos que analisem de forma integrada os indicadores CPC, CC, Enade e IDD especificamente para os cursos de Administração ofertados na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Diante desse cenário, o presente estudo buscou responder à seguinte questão: qual a qualidade dos cursos de Administração oferecidos nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG), com base nos indicadores educacionais do Ministério da Educação (MEC)?

Teoricamente, esta pesquisa se justifica pela necessidade de ampliar o conhecimento sobre a eficácia das instituições de ensino superior (IES) em contextos regionais específicos, contribuindo para a literatura sobre qualidade do ensino superior e regionalidade na gestão educacional. No plano prático, os resultados podem subsidiar as IES na identificação de pontos fortes e fracos de seus cursos, orientar estudantes na escolha de instituições e apoiar gestores públicos na formulação de políticas educacionais. O estudo alinha-se, ainda, aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, 8 e 10, ao contribuir para uma educação de qualidade, para a formação de profissionais mais capacitados e para a redução das desigualdades educacionais entre regiões.

Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a qualidade dos cursos de graduação em Administração oferecidos nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, com base nos indicadores Conceito Preliminar de Curso (CPC), Conceito de Curso (CC), Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) e Indicador de Diferença entre os

Desempenhos Observado e Esperado (IDD). Para tanto, foi realizada uma pesquisa documental, de natureza descritiva e qualitativa, com dados coletados no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), cujos procedimentos são detalhados na seção 3.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em mais quatro seções: o referencial teórico, que aborda o histórico do curso de Administração, as políticas públicas de ensino superior e os indicadores do MEC; os procedimentos metodológicos; a análise e discussão dos dados; e, por fim, as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do curso de Administração

A criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 1944, e da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA-USP), em 1946, constitui um marco no desenvolvimento do ensino de Administração no Brasil. Ambas as instituições tornaram-se referências na educação e na pesquisa em administração, formando profissionais para o mercado (BOAVENTURA et al., 2018).

A regulamentação da profissão de Administrador pela Lei nº 4.769, de 1965, consolidou a formação de administradores no Brasil, criando um marco legal para a educação formal e especializada na área. A implementação do currículo mínimo, em 1966 e 1993, seguida pela proposta de diretrizes curriculares em 1998, evidenciou a demanda de mercado por profissionais administradores (CFA, 2022).

A partir da década de 1960, a expansão do ensino de Administração foi acelerada pela regulamentação da profissão e pelo crescimento empresarial. Instituições como a FGV, com a Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAP) e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), exemplificaram essa tendência de profissionalização. Nas décadas seguintes, houve aumento na abertura de faculdades e na participação da iniciativa privada no ensino de Administração, especialmente nas regiões Sudeste e Sul, o que tornou a formação em Administração um diferencial para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (SILVA; SARAIVA; VASCONCELOS, 2024).

Dois fatores principais influenciaram o desenvolvimento dos cursos de Administração no Brasil: a ênfase no desenvolvimento técnico e no currículo mínimo, que relegou a segundo

plano os processos pedagógicos e a construção científica na formação dos administradores, e a predominância de bibliografias estrangeiras nos cursos, o que afastou os conteúdos das especificidades brasileiras, fenômeno incentivado pela transnacionalização do ensino (MONTEIRO JÚNIOR et al., 2024).

Os primeiros passos para a formação de pessoal qualificado no Brasil começaram com a chegada da família real portuguesa, em 1808. Em 1865, a Reforma Liberato Barroso dividiu o curso de Direito em Ciências Jurídicas e Ciências Sociais, esta última incluindo uma cadeira de Economia Política (FONSECA; ÉSTHER, 2022). Em 1879, a Reforma Geral do Ensino, proposta por Leôncio de Carvalho, introduziu disciplinas como Ciência da Administração, História dos Tratados, Economia Política, Ciência das Finanças e Contabilidade do Estado, com a intenção de formar administradores públicos qualificados (SILVA; SARAIVA; VASCONCELOS, 2024).

Ruy Barbosa, em 1882, expandiu a discussão sobre a formação de um curso superior focado em administração pública. Durante a Primeira República (1889-1930), contudo, a educação não foi considerada prioridade nacional, e o ensino superior serviu principalmente para manter privilégios da elite, refletindo a economia agrária da época (MONTEIRO JÚNIOR et al., 2024).

Os primeiros cursos de Administração no Brasil surgiram em 1902, nas escolas Álvares Penteado, no Rio de Janeiro, e Academia do Comércio, em São Paulo, embora não regulamentados. Em 1946, com a expansão industrial, aumentou a demanda por profissionais especializados em gestão de negócios, levando à criação da FEA-USP (BOAVENTURA et al., 2018).

Nos anos 1950, a FGV fundou escolas de Administração Pública e de Empresas no Rio de Janeiro e em São Paulo, marcando o início da profissionalização do campo. A regulamentação oficial veio em 1965, com a Lei nº 4.769 (CFA, 2022), que exigiu o registro no Conselho Regional de Administração (CRA) para o exercício da profissão. Esse marco legal impulsionou a expansão dos cursos de Administração, que passaram de 31, na década de 1960, para 305, na década de 1980, chegando a 1.462 nos anos 2000 (CFA, 2022). Em 2010, o Brasil já contava com 1.805 cursos regulamentados pelo MEC (CFA, 2022), embora a rápida expansão e a industrialização crescente tenham levantado questões sobre a qualidade do ensino.

O MEC possui ferramentas que avaliam critérios de forma a garantir a qualidade dos cursos superiores no Brasil (MEC, 2018). O curso de Administração também é avaliado por essas ferramentas, e alguns dos indicadores utilizados na avaliação são empregados nesta

pesquisa para entender a qualidade do ensino de Administração na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, conforme detalhado nos próximos tópicos.

2.2 Políticas públicas do ensino superior

As políticas públicas educacionais do ensino superior no Brasil fundamentam-se no princípio constitucional da garantia de padrão de qualidade, conforme o artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal de 1988. Em 2004, com base nesse princípio, foi criado o Sinaes, com o objetivo de melhorar a qualidade dos cursos de graduação e das instituições de educação superior. As instituições são submetidas a processos de avaliação periódica para a renovação do reconhecimento, garantindo a continuidade da oferta dos cursos (INEP, 2017a).

O Sinaes é responsável por analisar instituições, cursos e o desempenho dos estudantes no ensino superior. Seu processo de avaliação abrange aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão institucional e qualificação do corpo docente, integrando informações do Enade e das avaliações institucionais e de cursos. Os dados coletados são utilizados tanto para orientação interna das IES quanto para embasar políticas públicas, além de servirem como referência para a sociedade sobre a qualidade dos cursos e das instituições (MEC, 2018).

As políticas públicas educacionais para o ensino superior são fundamentais para promover o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, equitativa e competitiva, assegurando acesso, equidade, qualidade e relevância da educação superior, em alinhamento com o ODS 4 (VARGAS CARNEIRO; BRIDI, 2020).

A avaliação de políticas públicas pode assumir várias dimensões, a depender de prazos, objetivos, escala organizacional e nível hierárquico envolvidos, sendo crucial para aprimorar a concepção e a implementação de programas, identificar discrepâncias entre objetivos e resultados e otimizar o uso dos recursos públicos (MARTINS; SILVEIRA; MARTINS, 2021).

A partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve notável implementação de políticas públicas destinadas a ampliar o acesso ao ensino superior, dando continuidade a iniciativas da gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), como o reforço no sistema de avaliação das instituições, o fortalecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) (VARGAS CARNEIRO; BRIDI, 2020).

Ao garantir o acesso por meio das políticas de interiorização e expansão do ensino superior, é fundamental considerar o perfil dos estudantes incluídos, especialmente nas novas instituições, implementando ações que apoiem sua permanência e assegurem formação de qualidade — desafio central para democratizar o ensino superior e reduzir as desigualdades sociais (VARGAS CARNEIRO; BRIDI, 2020; MEDEIROS, 2014).

2.3 Indicadores MEC

Com base no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), o MEC utiliza indicadores de qualidade para regular e supervisionar instituições de ensino superior e seus cursos. Esses indicadores influenciam o credenciamento, o recredenciamento e a autorização de cursos, além de motivar ações corretivas em casos de desempenho insatisfatório, sendo também requisito para a participação das instituições em programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fies (MEC, 2018).

A qualidade em educação é um conceito intrinsecamente complexo, que demanda análise de uma ampla gama de elementos simultaneamente (MEDEIROS, 2014).

O conceito MEC refere-se à capacidade das IES, avaliadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a grade curricular, as atividades de pesquisa e extensão, e o investimento no corpo discente e docente. O conceito varia de 1 a 5, sendo que nota igual ou inferior a dois é considerada insuficiente, com risco de extinção do curso correspondente. A avaliação do conceito MEC considera os índices do Enade, CPC, IDD e IGC (MENDONÇA; MORAES; PERES, 2022).

O Enade é uma avaliação nacional obrigatória, realizada a cada três anos por área do conhecimento, destinada a medir o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação quanto ao conteúdo programático e às competências para compreensão de temas multidisciplinares ligados à realidade brasileira e global. O Sinaes estrutura-se em três eixos principais — Conceito Enade, CPC e IGC — servindo como instrumento central na mensuração da qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior no Brasil (GUIMARÃES; LIMA; ALVES, 2023).

Os resultados do Enade, junto com as respostas do Questionário do Estudante, são fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior, conforme normatizado pela Portaria nº 40, de 2007, republicada em 2010 (GUDOLLE, 2022).

Diferentemente dos rankings internacionais, que geralmente incluem apenas universidades com forte ênfase em pesquisa, os indicadores do MEC têm a vantagem de

abranger número maior de instituições, em razão de sua natureza regulatória. Por serem desenvolvidos pelo governo federal, esses indicadores não estão sujeitos à influência do mercado, ainda que apresentem limitações (SACCARO et al., 2022).

Segundo a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (2024), a Lei do Sinaes (nº 10.861/2004) regula a avaliação da educação superior no Brasil, estabelecendo os Indicadores de Qualidade da Educação Superior, vinculados ao ciclo avaliativo do Enade, que servem como parâmetro de supervisão e regulação das instituições e influenciam a matriz orçamentária da rede federal, além de constituírem critérios seletivos em programas como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Fies, o ProUni, o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid).

A seguir, destacam-se os conceitos dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior no Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 – Indicadores de Qualidade da Educação Superior no Brasil

Indicador	Descrição	Quem avalia?
Enade	Avalia os cursos de graduação com base no desempenho dos estudantes no Enade, comparando o desempenho médio dos alunos de um curso com o desempenho médio da área de avaliação correspondente.	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), vinculado ao Ministério da Educação (MEC).
CC	Classifica cursos de graduação em cinco níveis, sendo que CC igual ou superior a três indica qualidade satisfatória. O processo inclui avaliação in loco por comissão de avaliadores.	INEP
CPC	Avalia cursos de graduação usando o desempenho dos estudantes no Enade, o valor agregado pelo processo formativo, o perfil do corpo docente e a percepção dos estudantes sobre as condições educacionais.	INEP, por meio de comissões de avaliação que visitam as instituições.
IDD	Mede o valor agregado pelo curso de graduação ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso avaliado.	INEP

Legenda: Enade – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; CC – Conceito de Curso; CPC – Conceito Preliminar de Curso; IDD – Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado.

Fonte: Adaptado pelas autoras (2024), com base em INEP (2017b, 2019a, 2019b, 2019c).

A avaliação tornou-se um mecanismo para legitimar o poder dos governos e desempenha papel nos sistemas educacionais, especialmente nas reformas associadas à globalização, que estabelecem metas baseadas em fatores sociais, econômicos e políticos. O controle e o monitoramento dos resultados educacionais aumentam a responsabilidade dos

envolvidos no campo educacional, levando as instituições a se ajustarem aos modelos estabelecidos, para atender às demandas do mercado, promover competitividade e alcançar melhores posicionamentos em rankings nacionais e internacionais (ARANTES et al., 2022).

Alguns estudos analisaram esses indicadores sob diferentes enfoques. Arantes et al. (2022) analisaram a relação entre os resultados do Enade e a economia do conhecimento nos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília, por meio de análise documental e estatística, constatando bom desempenho dos cursos no Enade e destacando a importância de uma formação sólida para os desafios da economia do conhecimento.

Bertolin (2018) realizou análise crítica dos instrumentos de avaliação de cursos do Sinaes, com base em revisão bibliográfica e análise documental, apontando diversas limitações nos instrumentos e a necessidade de revisões para melhor refletir a qualidade dos cursos de graduação no Brasil.

Bittencourt et al. (2009) discutiram o Índice Geral de Cursos (IGC), por meio de análise descritiva de seus componentes — Enade, IDD e avaliação da pós-graduação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) —, concluindo que o IGC é um indicador útil, mas com limitações passíveis de aprimoramento.

Mendonça, Moraes e Peres (2022) avaliaram instituições de ensino superior brasileiras a partir de dados do INEP, com foco no IGC e no Enade, destacando variações significativas na qualidade das instituições, com desempenhos superiores em algumas e necessidade de melhorias em outras.

Escobar et al. (2010) analisaram os índices de qualidade dos cursos de Administração por meio de análise quantitativa dos dados de IGC, Enade e Capes, revelando que os cursos mais bem avaliados tendem a apresentar melhores resultados no mercado de trabalho.

Gudolle e Franco (2019) analisaram os indicadores do Sinaes aplicados aos cursos de Engenharia Civil no Rio Grande do Sul, por meio de análise quantitativa de dados do Enade, CPC e IGC de instituições públicas e privadas, constatando desempenho ligeiramente superior das públicas, embora as privadas tenham demonstrado melhorias significativas.

Polidori (2009) discutiu as políticas de avaliação da educação superior no Brasil, por meio de revisão histórica e crítica dos índices utilizados ao longo do tempo — Provão, Sinaes, IDD, CPC e IGC —, apontando avanços, mas também desafios e limitações a serem superados.

Por fim, Saccaro et al. (2022) exploraram a definição e a medição da qualidade da educação superior, por meio de revisão teórica e análise crítica dos principais métodos e indicadores, sugerindo que essa qualidade seja medida de forma mais abrangente,

considerando também aspectos qualitativos do aprendizado e do desenvolvimento dos estudantes.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O objetivo deste artigo foi analisar a qualidade dos cursos de graduação em Administração oferecidos nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. O estudo caracterizou-se como descritivo e qualitativo, e as análises foram realizadas a partir de pesquisa documental, utilizando os dados dos indicadores CPC, CC, Enade e IDD, de modo a fornecer visão abrangente sobre a qualidade e os desafios desses cursos, além de subsidiar sugestões para o aprimoramento do ensino superior em Administração na região.

A pesquisa documental é um método de escolha e verificação de dados essencial na heurística investigativa. Baseia-se nos métodos críticos da história para analisar fontes escritas, contribuindo substancialmente para as ciências sociais. Essa abordagem permite reconstruir dados históricos, possibilitando inferências e conclusões, além de promover a compreensão dos antecedentes e a produção de novos conhecimentos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

A pesquisa teve natureza quanti-qualitativa, e o procedimento adotado consistiu na coleta sistemática de informações sobre cada curso de Administração listado no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC) para as instituições localizadas nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, disponíveis on-line.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente, comparando-se os indicadores CPC, CC, Enade e IDD entre os cursos das diferentes instituições da região.

A escolha pela abordagem qualitativa justificou-se pela necessidade de avaliar objetivamente os cursos de Administração com base em indicadores de qualidade amplamente reconhecidos. A utilização de dados do e-MEC permitiu análise consistente e comparativa, oferecendo subsídios relevantes para o aprimoramento contínuo dos programas de graduação em Administração na região estudada.

Os critérios de inclusão foram cursos superiores em Administração, da rede pública ou particular, ativos, na modalidade presencial e em grau de bacharelado. Os critérios de exclusão foram instituições extintas ou em processo de extinção, cursos na modalidade a distância e em grau de tecnólogo.

Utilizou-se instrumento próprio de coleta de dados, que abrangeu informações sobre CC, CPC, Enade e IDD. Os dados foram armazenados em planilha Excel 2016 e analisados por meio de estatística descritiva, incluindo números absolutos e percentuais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

O Estado de Minas Gerais, com população de aproximadamente 21,3 milhões de habitantes distribuídos em 12 mesorregiões e 853 municípios, possuía 307 IES que ofereciam cursos presenciais. Além disso, 134 IES disponibilizavam cursos na modalidade de educação a distância (EaD), o que representou crescimento de 25,2% em comparação a 2018, quando 107 IES ofereciam educação a distância (SEMESP, 2021).

Nesta pesquisa, o recorte adotado foi a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, composta por 66 municípios e 2.384.478 habitantes (CIDADES BRASIL, 2024). Ao pesquisar os 66 municípios no portal de dados do e-MEC, verificou-se que 53 municípios (80,3%) não ofereciam o bacharelado em Administração e apenas 13 (19,7%) o ofereciam, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição por município dos cursos de Bacharelado em Administração no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG)

Cidade	Instituição de Ensino	Qtde.	%
Uberlândia	Centro Universitário do Triângulo (UNITRI); Centro Universitário Una de Uberlândia; Esamc Uberlândia (ESAMC); Faculdade Pitágoras de Uberlândia; Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia (UNIPAC); Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem (FAESSA); Universidade de Uberaba (UNIUBE); Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	8	28,6
Uberaba	Faculdade CNEC de Educação de Uberaba; Faculdade de Talentos Humanos (FACTHUS); Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM); Universidade de Uberaba (UNIUBE)	5	17,8
Ituiutaba	Faculdade Mais de Ituiutaba (FACMAIS); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	3	10,6
Patos de Minas	Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM); Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	3	10,6
Araguari	Centro Universitário Imepac	1	3,6
Araxá	Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ)	1	3,6
Coromandel	Faculdade Cidade de Coromandel (FCC)	1	3,6
Frutal	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	1	3,6
Iturama	Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA)	1	3,6
Monte Carmelo	Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP)	1	3,6

Cidade	Instituição de Ensino	Qtde.	%
Patrocínio	Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP)	1	3,6
Rio Paranaíba	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	1	3,6
São Gotardo	Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo (CESG)	1	3,6
Total	**28**	**100,0**	

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Uberlândia destacou-se como o principal polo educacional da região, com 28,6% das instituições oferecendo cursos de Administração e atraindo grande número de estudantes. Uberaba concentrou 17,8% das instituições, incluindo um Instituto federal. Ituiutaba e Patos de Minas apresentaram participações significativas, com 10,6% cada, destacando-se pela presença de um instituto federal e de um centro universitário, respectivamente. As demais cidades da região — Araguari, Araxá, Coromandel, Frutal, Iturama, Monte Carmelo, Patrocínio, Rio Paranaíba e São Gotardo, contribuíram com uma instituição cada, o que corresponde a 3,6% do total para cada município, atendendo às demandas locais por formação em Administração.

Esses dados revelaram que a maior concentração de instituições que ofereciam cursos de Administração estava em Uberlândia e Uberaba, com Uberlândia na liderança. As demais cidades, embora com menor número de instituições, desempenharam papel relevante na educação superior da região, o que sugeriu que Uberlândia e Uberaba eram os principais centros educacionais para cursos de Administração no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, ainda que a presença de instituições em diversas outras cidades ajudasse a atender às necessidades educacionais de uma região mais ampla.

Das IES que ofereciam Bacharelado em Administração na região, a pioneira foi a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 1969, seguida da Faculdade Mais de Ituiutaba (FACMAIS), em 1970, e, mais recentemente, da Faculdade CNEC de Educação de Uberaba, que permanecia ativa, mas sem data de início registrada.

Tabela 3 – Indicadores de qualidade por IES em Administração no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG)

Cidade	IES	CC		CPC		Enade		IDD	
		Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano
Uberlândia	Esamc Uberlândia (ESAMC)	5	2004	3	2022	3	2022	3	2022
	Faculdade Uberlandense de Núcleos Integrados de Ensino, Serviço Social e Aprendizagem (FAESSA)	4	2009	3	2022	3	2022	3	2022
	Centro Universitário Una de Uberlândia	4	2016	3	2022	3	2022	-	-

Cidade	IES	CC		CPC		Enade		IDD	
		Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano	Índice	Ano
	Universidade de Uberaba (UNIUBE)	4	2019	4	2022	4	2022	3	2022
	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia (UNIPAC)	3	2012	2	2022	3	2022	2	2022
	Centro Universitário do Triângulo (UNITRI)	-	-	3	2022	2	2022	2	2022
	Faculdade Pitágoras de Uberlândia	-	-	3	2022	3	2022	3	2022
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	-	-	4	2022	4	2022	4	2022
Uberaba	Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba	5	2019	3	2022	3	2022	3	2022
	Faculdade CNEC de Educação de Uberaba	4	2019	-	-	-	-	-	-
	Faculdade de Talentos Humanos (FACTHUS)	4	2010	3	2022	3	2022	3	2022
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	-	-	4	2022	5	2022	3	2022
	Universidade de Uberaba (UNIUBE)	4	2015	4	2022	3	2022	3	2022
Ituiutaba	Faculdade Mais de Ituiutaba (FACMAIS)	3	2018	3	2022	1	2022	3	2022
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro	-	-	-	-	-	-	-	-
	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)	4	2010	4	2022	3	2022	2	2022
Patos de Minas	Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM)	4	2018	3	2018	3	2018	3	2018
	Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)	-	-	4	2022	4	2022	4	2022
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM)	-	-	-	-	-	-	-	-
Araguari	Centro Universitário Imepac	-	-	4	2022	4	2022	4	2022
Araxá	Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ)	-	-	4	2022	3	2022	3	2022
Coromandel	Faculdade Cidade de Coromandel (FCC)	4	2019	3	2022	3	2022	2	2022
Frutal	Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)	-	-	3	2022	2	2022	1	2022
Iturama	Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA)	4	2015	4	2022	3	2022	4	2022
Monte Carmelo	Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP)	-	-	4	2022	3	2022	4	2022
Patrocínio	Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP)	-	-	3	2022	2	2022	1	2022
Rio Paranaíba	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	4	2011	4	2022	3	2022	3	2022
São Gotardo	Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo (CESG)	4	2015	4	2022	4	2022	4	2022

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A análise dos indicadores de qualidade dos cursos de Administração na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba revelou diferenças significativas entre as IES, com dados mais recentes disponíveis para o ano de 2022.

Na cidade de Uberlândia, destacou-se a Esamc Uberlândia (ESAMC), que apresentou a maior nota de CC (5, referente a 2004), enquanto o CPC, o Enade e o IDD registraram nota 3 em 2022, indicando desempenho mediano. A FAESSA, com CC 4 (2009), também apresentou notas 3 nos demais indicadores, sinalizando consistência nos resultados. O Centro Universitário Una de Uberlândia seguiu a mesma tendência, com CC 4 (2016) e CPC e Enade 3, porém sem dados disponíveis para o IDD. A Universidade de Uberaba (UNIUBE), em Uberlândia, apresentou desempenho superior, com CC 4 (2019) e CPC, Enade e IDD avaliados em 4, 4 e 3, respectivamente. Já a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberlândia (UNIPAC) teve desempenho inferior, com CC 3 (2012) e CPC 2, enquanto Enade e IDD alcançaram notas 3 e 2, respectivamente. O Centro Universitário do Triângulo (UNITRI) não possuía registro de CC, mas apresentou CPC 3, Enade 2 e IDD 2. A Faculdade Pitágoras de Uberlândia também não possuía CC, mas seus demais indicadores mantiveram-se em 3. Por fim, a UFU destacou-se com notas 4 em CPC, Enade e IDD, refletindo bom desempenho acadêmico.

Em Uberaba, a Faculdade Presidente Antônio Carlos de Uberaba apresentou CC 5 (2019) e notas 3 para CPC, Enade e IDD. A Faculdade CNEC de Educação de Uberaba, apesar de possuir CC 4 (2019), não apresentava dados sobre os demais indicadores. A FACTHUS apresentou desempenho homogêneo, com CC 4 (2010) e CPC, Enade e IDD avaliados em 3. O IFTM destacou-se com CPC 4 e Enade 5, demonstrando excelente desempenho dos estudantes, enquanto o IDD foi 3. Já a UNIUBE, em Uberaba, manteve bons resultados, com CC 4 (2015), CPC 4, Enade 3 e IDD 3.

Na cidade de Ituiutaba, a FACMAIS apresentou CC 3 (2018), CPC e IDD em 3, mas Enade apenas 1, indicando baixo desempenho dos alunos. O Instituto Federal do Triângulo Mineiro não possuía registros nos indicadores analisados. Já a UFU, em Ituiutaba, apresentou desempenho relativamente estável, com CC 4 (2010), CPC 4, Enade 3 e IDD 2.

Em Patos de Minas, a Faculdade Cidade de Patos de Minas (FPM) apresentou CC 4 (2018), e os demais indicadores, referentes a 2018, com CPC, Enade e IDD avaliados em 3. O Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM) não possuía CC registrado, mas apresentou CPC, Enade e IDD com nota 4. O IFTM não possuía registros disponíveis.

No município de Araguari, o Centro Universitário Imepac não possuía CC, mas alcançou notas 4 no CPC, Enade e IDD. Em Araxá, o Centro Universitário do Planalto de Araxá (UNIARAXÁ) também não possuía CC, mas registrou CPC 4, Enade 3 e IDD 3.

Em Coromandel, a Faculdade Cidade de Coromandel (FCC) apresentou CC 4 (2019) e desempenho estável, com CPC e Enade 3, enquanto o IDD foi 2. Em Frutal, a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) não possuía CC, mas apresentou CPC 3, Enade 2 e IDD 1, apontando desafios para a melhoria da qualidade do curso. Já em Iturama, a Faculdade Aldete Maria Alves (FAMA) apresentou CC 4 (2015) e bom desempenho nos demais indicadores, com CPC 4, Enade 3 e IDD 4.

No município de Monte Carmelo, o Centro Universitário Mário Palmério (UNIFUCAMP) não possuía CC registrado, mas apresentou CPC 4, Enade 3 e IDD 4. Em Patrocínio, o Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP) também não possuía CC registrado, e seus indicadores foram CPC 3, Enade 2 e IDD 1, sugerindo desempenho mais baixo. Em Rio Paranaíba, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) apresentou CC 4 (2011), CPC 4, Enade 3 e IDD 3. Por fim, em São Gotardo, a CESG manteve bom desempenho, com CC 4 (2015), CPC 4, Enade 4 e IDD 4.

A análise geral indicou que instituições como a UFU, a UNIUBE e o IFTM destacaram-se com notas mais elevadas em diversos indicadores, enquanto outras, como a UNITRI e o UNICERP, apresentaram desafios para melhorar o desempenho dos cursos de Administração na região.

A pesquisa de Bertolin (2018) criticou os instrumentos de avaliação de cursos do Sinaes, destacando que o CPC, embora útil, poderia não capturar toda a complexidade da qualidade educacional, sugerindo a necessidade de melhorias metodológicas para uma avaliação mais abrangente.

O estudo de Bittencourt et al. (2009) discutiu a utilidade e as limitações do IGC, do qual o IDD é um componente. Notas altas no IDD, como as observadas na Universidade Federal de Uberlândia, indicaram contribuição significativa dessas instituições para o desenvolvimento dos alunos. Já as notas mais baixas, como as da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), em Frutal, e do Centro Universitário do Cerrado Patrocínio (UNICERP), ambas com IDD 1, sugeriram que essas instituições agregaram menos valor ao desempenho dos estudantes, conforme as limitações discutidas por Polidori (2009) quanto às políticas de avaliação educacional.

Estudos como os de Escobar et al. (2010) e Hoffmann et al. (2014) reforçam a importância de utilizar múltiplos indicadores para avaliar a qualidade da educação superior.

Enquanto o Enade fornece medida do desempenho dos alunos, o IDD oferece visão sobre a eficácia da instituição em melhorar esse desempenho. A combinação de índices altos em ambos sugere instituição de alta qualidade, e discrepâncias entre eles podem indicar áreas que precisam de melhorias, como apontado por Saccaro et al. (2022) quanto à necessidade de abordagem mais abrangente para medir a qualidade da educação superior.

A expansão das instituições de ensino superior na região foi evidente: a Esamc Uberlândia (fundada em 2000) e a Faculdade Aldete Maria Alves (fundada em 1999) surgiram em resposta à demanda crescente por cursos de Administração. Estudos como o de Polidori (2009) sugerem que essa expansão é positiva em termos de acesso, mas deve ser acompanhada de políticas rigorosas de avaliação para garantir a qualidade.

A análise dos índices Enade, IDD, CPC e CC, em conjunto com a cronologia de fundação das faculdades, revelou quadro detalhado da qualidade e da evolução do ensino superior na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A presença de instituições de longa data, como a UFU e a UNIUBE, com bons desempenhos nos índices, contrastou com a necessidade de melhorias nas instituições mais recentes para alcançar padrões semelhantes de qualidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central analisar a qualidade dos cursos de graduação em Administração oferecidos nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, com base nos indicadores CPC, CC, Enade e IDD. A pesquisa buscou oferecer visão abrangente sobre os desafios enfrentados pelas IES na oferta desses cursos, além de contribuir com sugestões para o aprimoramento da formação acadêmica na área.

Os resultados evidenciaram significativa variação na qualidade dos cursos analisados. A UFU destacou-se entre os melhores desempenhos no Enade e no IDD, enquanto instituições como a UNITRI e a UNICERP apresentaram desempenhos inferiores, o que apontou a necessidade de melhorias. Observou-se, ainda, que a expansão das instituições a partir dos anos 2000 atendeu à crescente demanda por cursos de Administração, mas também trouxe desafios para a manutenção da qualidade educacional. A maior concentração de instituições permaneceu em Uberlândia e Uberaba, que se consolidaram como os principais polos educacionais da região, sem prejuízo do papel relevante desempenhado pelas demais cidades no atendimento às necessidades educacionais locais.

A análise realizada permitiu identificar tanto os pontos fortes quanto os aspectos que requerem maior atenção para o aprimoramento dos cursos avaliados. A predominância de instituições com notas medianas no Enade sugeriu desempenho regular na região, enquanto a presença de cursos com avaliações mais baixas evidenciou a necessidade de investimentos e ajustes na gestão acadêmica. Diante desse cenário, a pesquisa reforçou a importância de políticas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior, garantindo formação mais sólida para os futuros profissionais da área.

No campo teórico, este estudo contribuiu para a literatura sobre a qualidade do ensino superior em Administração, ao oferecer análise baseada em indicadores amplamente reconhecidos, podendo subsidiar pesquisas comparativas e meta-análises sobre a evolução dos cursos de Administração no Brasil. Em termos acadêmicos, a pesquisa disponibilizou base de dados relevante para futuras investigações e para gestores acadêmicos interessados em aprimorar seus cursos. No âmbito social, a análise regionalizada favoreceu o desenvolvimento educacional local, ao permitir reflexões críticas sobre a formação dos profissionais e seu impacto no mercado de trabalho e na economia da região.

A relevância da regionalidade ficou evidente ao longo da pesquisa, destacando a necessidade de adaptação das estratégias de ensino às particularidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. A compreensão desses contextos específicos possibilitou a proposição de soluções mais eficazes e alinhadas às realidades das instituições de ensino.

Entre as limitações do estudo, destacou-se a dependência dos indicadores analisados que, embora amplamente utilizados, podem não abranger todas as dimensões da qualidade educacional. Além disso, a indisponibilidade de dados de algumas instituições restringiu o escopo da análise.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a realização de estudos qualitativos, incluindo entrevistas e questionários com alunos, professores e gestores acadêmicos, a fim de aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a qualidade do ensino superior em Administração. Outra possibilidade seria ampliar a abrangência geográfica da pesquisa para outras regiões de Minas Gerais ou do Brasil, possibilitando comparações mais amplas e a identificação de boas práticas replicáveis.

Dessa forma, este estudo ofereceu análise detalhada e fundamentada sobre os cursos de Administração na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, atendendo aos objetivos propostos e contribuindo para a reflexão acadêmica e a melhoria contínua do ensino superior na área.

REFERÊNCIAS

ARANTES, A. R. V.; ÁLVARES, C. C. D. O. T.; BATISTA, M. E. O Enade no contexto da economia do conhecimento: um estudo sobre cursos de licenciaturas da Universidade de Brasília (UnB). **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 3, p. 40-57, 2022.

BERTOLIN, J. C. G. Análise crítica dos instrumentos de avaliação de cursos de graduação do Sinaes. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 1, p. 183-199, 2018. DOI: https://doi.org/10.5335/rep.v26i1.8401.

BITTENCOURT, H. R.; CASARTELLI, A. O.; RODRIGUES, A. C. M. Sobre o índice geral de cursos (IGC). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 667-682, 2009.

BOAVENTURA, P. S. M. et al. Desafios na formação de profissionais em Administração no Brasil. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 1-31, 2018.

CIDADES BRASIL. **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): dados regionais**. 2024. Disponível em: https://www.cidade-brasil.com.br/. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA). **História da profissão: surgimento e reconhecimento da profissão do administrador**. Brasília, 2022. Disponível em: https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-historia-da-profissao/. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

ESCOBAR, M. A. R.; DALFOVO, M. S.; VERDINELLI, M. A. Os índices IGC, ENADE e CAPES nos cursos de administração. **Revista Gestão Universitária na América Latina – GUAL**, v. 3, n. 1, p. 1-14, 2010.

FONSECA, D. A. da; ÉSTHER, A. B. Formação e construção da identidade de estudantes de administração. **Revista Organizações em Contexto**, v. 18, n. 35, p. 317-342, 2022.

GUDOLLE, L. S. **Panorama da educação superior brasileira: a visão do curso de Engenharia Civil**. 2022. Tese (Doutorado em Informática na Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/257313. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

GUDOLLE, S.; FRANCO, S. R. K. **Panorama regulatório das instituições de ensino superior públicas e privadas gaúchas: uma análise dos indicadores do Sinaes da Engenharia Civil**. 2019.

GUIMARÃES, R. E. M.; LIMA, K. C. M.; ALVES, L. F. S. **Avaliação no ensino superior: análises e reflexões acerca do Enade**. São Paulo: Seven Editora, 2023. DOI: https://doi.org/10.56238/sevedi76016v22023-023.

HOFFMANN, C.; ZANINI, R. R.; CORRÊA, Â. C.; SILUK, J. C. M.; SCHUCH JÚNIOR, V. F.; ÁVILA, L. V. O desempenho das universidades brasileiras na perspectiva do Índice Geral de Cursos (IGC). **Educação e Pesquisa**, v. 40, n. 3, p. 651-666, 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota técnica: cálculo do conceito preliminar de cursos de graduação**.

Brasília: MEC/INEP, 2009. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância**. Brasília: INEP, 2017a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância**. Brasília: INEP, 2017b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota técnica n. 44/2019/CGCQES/DAES**. Brasília: INEP, 2019a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota técnica n. 56/2019/CGCQES/DAES**. Brasília: INEP, 2019b.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota técnica n. 37/2019/CGCQES/DAES**. Brasília: INEP, 2019c.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota técnica n. 45/2019/CGCQES/DAES**. Brasília: INEP, 2019d.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Nota técnica n. 20/2019/CGCQES/DAES**. Brasília: INEP, 2019e.

MARTINS, M. F.; SILVEIRA, S. D. F. R.; MARTINS, D. D. S. A. Representação do programa de avaliação da qualidade da educação superior através da Teoria do Programa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 12, n. 1, p. 265-277, 2021.

MEDEIROS, T. B. **Políticas públicas em educação: o curso de formação de professores do estado de São Paulo**. 2014.

MENDONÇA, A. C. S. C.; MORAES, C. P.; PERES, R. T. Avaliação das instituições de ensino superior a partir de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza**, v. 6, n. especial 1, e1872, 2022. DOI: http://dx.doi.org/10.29215/pecen.v6i1.1872.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Indicadores**. 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/indicadores. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

MONTEIRO JÚNIOR, C. et al. A formação em administração no Brasil: reflexões sobre seu caráter tecnicista e instrumental. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 8., 2024, [S. l.]. **Anais** [...]. [S. l.]: EnEPQ, 2024.

NICOLINI, A. M. **A graduação em administração no Brasil: uma análise das políticas públicas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/8fa4de41-a678-4eb0-9b70-add7ac8a24eb/content. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

POLIDORI, M. M. Políticas de avaliação da educação superior brasileira: Provão, Sinaes, IDD, CPC, IGC e... outros índices. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 14, p. 439-452, 2009.

SACCARO, A.; CATALDO, B.; WALTENBERG, F. **Qualidade da educação superior: para que serve, o que é, como é medida e como deveria ser**. Rio de Janeiro: [s. n.], 2022.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, M. M.; SARAIVA, C. M.; VASCONCELOS, F. C. W. Pesquisa de egressos no curso de Administração no Brasil: uma meta-síntese. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 8., 2024, [S. l.]. **Anais** [...]. [S. l.]: EnEPQ, 2024.

SILVEIRA, C. da; CAMARGO, C.; MIRANDA, G. J. de; OLIVEIRA, M. F. de **Fatores que afetam o desempenho no Enade em IES da cidade de Uberlândia-MG: um estudo multicasos**. 2014.

SINDICATO DAS MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Dados estados e regiões: Estado de Minas Gerais**. 11. ed. São Paulo: SEMESP, 2021. Disponível em: https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-11/regioes/sudeste/minas-gerais/. Acesso em: 09 de outubro de 2026.

VARGAS CARNEIRO, L. A.; BRIDI, F. R. S. Políticas públicas de ensino superior no Brasil: um olhar sobre o acesso e a inclusão social. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 1, p. 146-158, 2020. DOI: https://doi.org/10.21723/riaee.v15i1.12059.